

O PROTAGONISMO FEMININO NA CONFERÊNCIA AMBIENTAL DE 2025

Autor(res)

Marilene Conceição Surubim Leite
Carolina Joana Da Silva Nogueira

Categoria do Trabalho

Pós-Graduação

Instituição

UNEMAT - UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Introdução

As leis ambientais brasileira foram desenvolvidas após o início das conferências ambientais como a de Estocolmo e a Rio-92, pois havia uma preocupação do governo em desenvolver estratégias ambientais de sustentabilidade (Baptista e Oliveira, 2011). Consequentemente, as conferências assumem uma função central no discurso e proposição de iniciativas políticas. Assim, a Conferência Nacional do Meio Ambiente de 2025 teve como tema central a "Emergência climática"(Brasil, 2024).
Em Mato Grosso alterações nos diferentes ecossistemas tem sido uma preocupação, com mudanças no uso e ocupação do solo e da água, pois exercem impactos diretos e indiretos nos processos ecológicos (Da Silva, 2021). Portanto, a participação social nas conferências tem estimulado as comunidades locais, aumentando a consciência política e o desenvolvimento de resposta aos desafios socioecológicos. Nesse sentido, muitas mulheres têm sido protagonistas no enfrentamento as mudanças climáticas.

Objetivo

O objetivo deste trabalho foi avaliar a participação feminina, nos debates das conferencias ambientais de 2025 no estado de Mato Grosso e na conferência nacional, identificando seus anseios e expectativas antes e após a conferência.

Material e Métodos

O estado do Mato Grosso está localizado na região Centro-Oeste e uma área de 903.208,362km², com uma população estimada em 2025 de 3.893.659 habitantes nos 142 municípios (IBGE, 2022).
A pesquisa foi realizada através de uma análise qualitativa e quantitativa, a partir de observação participante descrita por Angrosino (2009), das conferencias ambientais ocorridas nos municípios de Mato Grosso, na etapa estadual e etapa nacional.
A análise quali-quantitativa ocorreu por meio de questionário de entrevistas com 12 mulheres que participaram como delegadas ou convidadas das conferencias, municipal, estadual e nacional. Para aplicar o questionário foi utilizado a plataforma de formulário online do Google Forms.app. O termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) foi incluído no início do questionário e o participante pode assinar eletronicamente. Para análise das respostas foram feitos agrupamentos e calculos, a fim de obter os percentuais de cada resposta.



Resultados e Discussão

Das entrevistadas (33,3) são professoras, (16%) servidoras públicas e as demais de diferentes perfis profissionais.

A principal motivação para participação foi o desejo de contribuir com políticas públicas (83,3%). Dentre as principais expectativas foram: contribuir com ideias/propostas, influenciar políticas públicas, fortalecer a educação ambiental (75%), discutir problemas ambientais locais (58%), conhecer propostas de outros municípios (50%) e ampliar contatos/parcerias (41%). As expectativas foram atendidas plenamente em 50% e parcialmente 50%. Pois, acreditam que as conferências além de contribuir para elaboração de políticas ambientais, promove um movimento social que pode despertar a consciência crítica ambiental nas pessoas. No entanto, transforma-las em políticas públicas de fato ainda está um pouco distante, corroborando com Azevedo, et. al. (2014) devido capacidades institucionais, administrativas e financeiras necessárias para executar políticas ambientais.

Conclusão

A predominância de professoras indica que a atuação ambiental feminina está ligada à educação ambiental. A motivação para contribuir com políticas públicas revela que buscam ocupar espaços de poder com um propósito claro de intervenção direta. Isso é reforçado pela expectativa de fortalecer a educação ambiental e discutir problemas locais. No entanto, a satisfação dividida alerta que o desejo de influenciar políticas públicas esbarra na fragilidade das capacidades institucionais e financeiras.

Referências

ANGROSINO, M. V. Etnografia e observação participante. Porto Alegre: Artmed, 2009.

AZEVEDO, A. A.; PASQUIS, R.; BURSZTYN, M. A reforma do Estado, a emergência da descentralização e as políticas ambientais. Revista do Serviço Público, v. 58, n. 1, p. 37–55, 2014. DOI: 10.21874/RSP.V58I1.162.

BAPTISTA, A. M.; OLIVEIRA, J. C. de M. O Brasil em fóruns internacionais sobre meio ambiente e os reflexos da Rio 92 na legislação brasileira. 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente: emergência climática – o desafio da transformação ecológica. 2024.

DA SILVA, C. J. Análise de alterações hidrológicas das baías de Chacororé e Sinhá Mariana. Cáceres: UNEMAT, 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: out. 2025.